

ARQUIVOS DO CORPO, ARQUIVO DA BIOPOLÍTICA¹

ARCHIVES OF BODY, ARCHIVE OF BIOPOLITICS

Philippe Artières

Equipe Anthropologie de l'écriture

(IIAC, CNRS-EHESS, Paris)

ph.artieres@wanadoo.fr

RESUMO

O conceito de biopolítica proposto por Foucault não só suscitou mal entendidos entre os historiadores como, além disso, nunca foi confrontado à questão dos arquivos susceptíveis de lhe dar corpo. O artigo se apoia, então, sobre três arquivos *menores*, à margem dos grandes *corpus* de esquadrinhamento e vigilância classicamente estudados. O primeiro desses arquivos é uma lista de práticas auto-eróticas de um jovem alemão invertido, do início do século XX. A confissão escrita participa de uma economia geral dos saberes homossexuais que se situam em torno de uma dupla instância do poder, ao mesmo tempo presa do controle médico e potencial ninho de resistência. O segundo arquivo da biopolítica é um fragmento de pele tatuada. Inscrita sobre o corpo de um soldado ou de um detento, a tatuagem engendra uma pesquisa ainda mais vasta dos signos distintivos, das marcas reconhecíveis. Aqui a política de identificação se confronta com as práticas de si numa ambiguidade renovada. Por fim, o terceiro arquivo biopolítico apresentado é uma carta de denúncia das práticas de prostituição em uma rua parisiense. O anonimato progressivo dessas missivas delatoras banaliza um modo de vigilância policial que integra o dispositivo de cartografia dos costumes adotados desde o final do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault, arquivo, corpo, biopoder.

¹ Tradução de Izabel Friche Passos.

É sabido: com seus silêncios e seus brancos, os arquivos cobrem a mesa de trabalho do historiador. Ele trabalha com e a partir do arquivo. A operação historiadora consiste, com efeito, em primeiro lugar, numa confrontação a uma série de documentos; em seguida, na confrontação de um olhar do presente, aquele do historiador com suas questões, a um conjunto de discursos do passado. Essa evocação poderá parecer curiosa a alguns. Em se tratando das questões de biopolítica e em suma do uso de um conceito de Michel Foucault em história, essa evocação é apesar de tudo necessária tanto mais porque se operou no seio da disciplina histórica, há vinte anos, um mal entendido em torno deste conceito. Conceito “pau-para-toda-obra”, a biopolítica conheceu um sucesso absolutamente formidável e único: historiadores do corpo e da medicina fizeram dele uma noção farol que permitiu renovar o campo (com o desenvolvimento, por exemplo, da história da higiene social)², enquanto que os historiadores das ciências do Estado – aqueles dos primórdios da estatística, da demografia, do recenseamento³ – viram subitamente nele uma legitimação epistemológica de seus trabalhos. Enfim, quer se tratasse de pesquisadores que trabalham sobre os deslocamentos de populações e particularmente sobre os campos de concentração⁴ ou de investigadores dos processos de identificação⁵, houve por esta noção um grande entusiasmo. Claro, alguns consideravam que ao conceito, embora luminoso, faltava, talvez, uma inscrição mais precisa na trama histórica. A larga periodização dos séculos XVII ao XX fazia crer a alguns que não se tratava de *uma*, mas de *várias* biopolíticas desenvolvidas ao longo destes quatro séculos, enquanto que outros críticos mais radicais, apoiando-se sobre longas pesquisas, consideravam que de biopolítica aí não havia nada (MURARD & ZYLBERMAN, 1996).

Nenhum desses historiadores da biopolítica, entretanto, procurou questionar o que poderia ser o arquivo do biopoder. Dito de outro modo: à invenção e ao desenvolvimento da biopolítica corresponderiam formas de arquivamento

² Sobre este ponto, ver os importantes dicionários publicados há dez anos: Lecourt (2006) e Andrieu (2008).

³ Ver em particular os trabalhos de Bourguet (1989).

⁴ Sobre os campos dos refugiados espanhóis após a guerra da Espanha na França, ou aqueles onde foram internados os ciganos durante a Segunda Guerra Mundial, ver os trabalhos de Nicolas Fisher em Lascaumes & Artières (2004).

⁵ Ver em particular o caso do historiador do mundo operário e da imigração, Gerard Noirel, que sublinha sua dívida para com o pensamento de M. Foucault (NOIRIEL, 1994 e 2005).

específicas? Melhor ainda, existem arquivos do biopoder e qual seria sua natureza? É à procura desses arquivos que eu lhes guio, concentrando meu olhar sobre o período dos séculos XIX e XX. E é, portanto, como historiador e a partir de meus diversos trabalhos que vou tentar me interrogar sobre os arquivos do biopoder.

Enquanto historiador das margens é desse lado da periferia, de um aquém da história, longe dos arquivos do Estado, das grandes enquetes estatísticas, dos arquivos das políticas públicas, que eu vou observar. O lugar em direção ao qual eu vou me aventurar é aquele dos arquivos *menores*, aqueles que constituem frequentemente o fundo das caixas, que, às vezes, são mesmo postos à parte e subtraídos da comunicação porque se considera seu interesse muito limitado. Seja dito de passagem, é talvez esta a primeira característica do arquivo da biopolítica. Meu propósito se prenderá a três dessas peças de arquivos, precisamente: uma lista, um fragmento de pele humana e uma carta manuscrita.

Uma lista

Este documento pertence a um dossiê conservado pelo fundo Alexandre Lacassagne em Lyon. Alexandre Lacassagne era uma figura da vida municipal, intelectual e científica lionesa. Ele foi um grande médico legista, o mais notório da antropologia criminalista de Lyon, mas também o promotor de uma política de higiene urbana (trabalho sobre os esgotos, o necrotério, etc.). Pouco antes de morrer ele doou à cidade de Lyon sua biblioteca e seus arquivos. Esta lista foi redigida em tinta preta sobre uma página dobrada em duas, em junho de 1904, por um jovem alemão denominado Georg Apitzsch. De que se trata? De uma lista que recapitula as práticas auto-eróticas deste jovem homem. Para cada noite são mencionadas masturbações, poluções noturnas e seus pensamentos eróticos.

1 de janeiro de 1904

} 1 polução

26 “ no início do mês estado sexual bastante bom, na
última metade muito bom, final ruim (muito excitado)

4 de fevereiro

12 “ 2X } 2 poluções {

18 “

21 fevereiro

23 “ no início do mês: excitado, no meio, às vezes calmo, outras excitado. No final, tenho uma ocupação, a coisa vai bastante bem,
12) eu recebo uma carta de meu irmão. Ele me conta suas aventuras. Isto me excita muito. Desejo violento de estar com soldados.
18) uma entrevista com meu irmão sobre questões sexuais.
23) excitado pela abundância do líquido prostático.

Estranho documento que, claro, não tem o charme da infinita crônica sexual do libertino inglês aparecida anonimamente sob o título de *Minha vida secreta*, tão bem estudada por Foucault. O que é este arquivo? Um arquivo médico ou, antes, um arquivo de vida?

Tudo começou por uma carta de 22 de janeiro de 1903 deste jovem homem ao grande médico francês, autor do artigo “pederastia” do dicionário de ciências médicas Dechambre⁶, aparecido alguns anos antes:

Senhor, queira, por favor, me indicar o dia e a hora (a partir de domingo até quinta-feira) onde possa me receber em consulta privada (gênero: Unisexualidade⁷). Receba, Senhor, minha sincera consideração.

O médico suíço Tissot tratava no final do século XVIII por correspondência: pessoas da Europa inteira lhe contavam seus males e, a partir de algumas linhas, o bravateiro do onanismo indicava o remédio⁸. É, com efeito, impressionante que a maioria dos dados que documentam os trabalhos sobre a inversão sejam extratos de

⁶ Conferir o artigo de Alexandre Lacassagne “Pederastia” em Dechambre (1876).

⁷ A invenção do termo unisexualidade remete ao célebre Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895), jurista e assessor no tribunal do reino de Hannover, atualmente considerado como uma das grandes figuras da história gay e lesbiana. Ulrichs publica em 1864, sob o pseudônimo de Numa Numantius *Pesquisas sobre o enigma do amor entre os homens*. Em sua obra, ele inventa o termo “uranismo” (que retira sua raiz de “Ourania”, o outro nome da deusa Afrodite, mencionado no *Banquete* de Platão). Ulrichs denomina “Urninge” (“uranianos” ou “uranistas” em francês) os homens que amam os homens, “Dioninge” as pessoas que amam o sexo oposto e “Urninden” as mulheres que amam as mulheres. Ele considera esses indivíduos como fazendo parte de um “terceiro sexo”. O termo unisexualidade foi divulgado, sobretudo, por Marc-André Raffalovitch (1864-1934): “Uranista: aquele cuja inversão sexual é congênita. Invertido: aquele cuja inversão sexual é adquirida ou congênita. Unissexual: aquele que tem relações (quaisquer que sejam estas relações) com indivíduos de seu próprio sexo, seja ele invertido ou não” (Raffalovitch, 1895, citado por Patrick Cardon, 1989).

⁸ Ver os trabalhos de Séverine Pilloud, Stefan Hächler e Vincent Barras (2004).

cartas. Os invertidos deitam por escrito seu relato de vida sexual e os enviam aos médicos berlinenses, vienenses ou lioneses. Esta prática epistolar, que faz os observadores contemporâneos dizerem que os invertidos são seres femininos já que eles, como as mulheres, amam escrever cartas, é preferida à entrevista, ao diário ou à autobiografia. Existe, com efeito, uma verdadeira desconfiança dos escritos autobiográficos dos invertidos cuja propensão a mentir seria bem superior àquela dos homens heterossexuais. Compreende-se mal, com efeito, porque não se incitar os invertidos, à maneira como os alienistas e os criminologistas fizeram com os alienados e os prisioneiros, a escrever um relato de suas existências. Sem dúvida, é preciso ver aí um meio de conservar certo anonimato; alguns não deixarão de ver aí também um signo da forte marginalização dos invertidos, mudando sem parar de lugar. Mas talvez também exista neste ato de escrever uma carta uma ligação estreita com a coisa sexual em si mesma que a confissão não permite. Pode-se, seguindo Thomas Laqueur (2005), considerar que o envio da carta não permite uma auto-erotização da leitura. Igualmente, os defensores desta ciência do sexo encorajam essas práticas de escritura endereçada, completadas por vezes pelo colóquio singular.

Quais são na Europa os principais pontos de pesquisa onde se centralizam esses escritos? Eles estão majoritariamente na Alemanha, o que fará muitos dizer, notadamente na França, que a inversão sexual é um “vício alemão”. Hirschfeld encarna admiravelmente uma primeira figura dos iniciadores desses pontos. Ele próprio homossexual, constitui a partir de uma rede de correspondentes uma imponente coleção documental que inclui, notadamente, escritos e fotografias. Ele abre assim um museu para expor e mostrar esses materiais em maior número. Moll, igualmente em Berlim, ocupa um lugar ligeiramente diferente, homofílico sem ser ele próprio invertido, retoma a empresa enciclopédica do barão Krafft-Ebing. O autor da *Pathologia sexualis* tinha por projeto reunir em um mesmo volume o conjunto das sexualidades “mórbidas”: fornecer um quadro descritivo de casos, o mais exaustivo possível, uma enciclopédia dos sexos. Quanto a Krauss, em Viena, etnólogo, ele coleta todas as informações susceptíveis de informar sobre as sexualidades; ele publica assim uma imponente revista que endereça somente a seus colegas, enquanto que Paolo Mantegazza estuda como antropólogo as práticas sexuais de seus contemporâneos. Os invertidos fazem visitas a cada um desses pontos de

pesquisas, não deixando de levar as notícias dos outros, se passando em suma por intermediários.

Não se pode, entretanto, pensar esses pontos de pesquisas sobre as sexualidades como se fossem máquinas solitárias que não se agenciariam a nenhuma outra; pois, muito ao contrário, se eles funcionam é porque eles se inscrevem em uma rede que, apesar das distâncias e dos obstáculos das línguas, faz circular as informações. Esta sexologia nascente não está fechada em si mesma, as pessoas se leem mutuamente, por vezes, trocam os dados, expõem os objetos conjuntamente. Os pontos, sem constituírem linha, esboçam um traço. Às vezes mesmo um livro é traduzido. Sem dúvida, podemos considerar que o saber sobre a homossexualidade masculina é um dos primeiros saberes europeus compartilhado juntamente com aquele sobre a estatística e a polícia tão caro a Foucault. É a partir das revistas que esses saberes são desenvolvidos.

Os invertidos tiveram nesse empreendimento um papel determinante, pois eles não foram criticados, como, por exemplo, os indivíduos tatuados, por se fazerem examinar pelos sábios ou mesmo por redigirem escritos concernentes a eles, mas se constituíram em informantes. Que função ocuparam? À semelhança do jovem invertido alemão, Georges A., nessas cartas, o correspondente do médico sustenta a crônica do campo ao mesmo tempo científico e social da inversão sexual na Alemanha. Constatando que o professor Lacassagne estava, a seus olhos, insuficientemente ciente dos trabalhos contemporâneos, ele o informa e às vezes lhe transmite as publicações existentes com seus próprios comentários. Podemos avaliar aqui o quanto é grande a proximidade com as ciências sociais nascentes, o quanto o saber médico teve importância na emergência desses saberes sobre o homem. Informar é retomar o controle sobre o objeto do saber, é se re-apropriar dele pelo próprio discurso. Alguns considerarão, sem dúvida, que os invertidos eram presas das armadilhas do poder médico, mas, tendo-se em vista o impacto da publicação dos escritos dos invertidos nas revistas médico-legais em meados dos anos de 1890, compreendemos a força dessa apropriação da escritura e de seu poder de resistência face ao discurso médico. Este arquivo é exemplar como arquivo do biopoder pelo fato de que ele testemunha essa perpétua mão-dupla.

Um fragmento de pele humana

Este fragmento de pele humana pertence à coleção de um médico da marinha, Armand Corre (1841-1908), autor de um famoso *Nos Créoles: estudo político-sociológico* (CORRE, 1890, texto estabelecido, apresentado e anotado por THIÉBAUT, 2001), que acabou sua carreira como arquivista no oeste da França. O fragmento foi extraído do corpo de um soldado de um batalhão disciplinar ou de um condenado. A França tinha, nesse fim de século, isto é, em plena Terceira República, galés militares e civis, na Argélia, na Guiana e na Nova-Caledônia. Este fragmento de pele vem de um destes lugares, zona de contato, de um entre-dois mundos onde se bordejam populações autóctones e populações perigosas⁹. Essas instituições disciplinares, onde a armada mistura “maus sujeitos” e colonizados, são o teatro de práticas muito violentas que tem frequentemente por desfecho a morte.

Por que conservar esse fragmento humano? Por que tê-lo decepado de um desses miseráveis cadáveres? Porque ele contém um escrito à tinta azul; uma dessas tatuagens que nessas últimas décadas do século, de maneira totalmente inédita e durante um breve período, tornam-se objeto de uma problematização muito forte pela medicina europeia. Centenas de enquetes são realizadas para identificar práticas, repertoriar esses estranhos signos e escritos que cobrem o corpo de certos homens. Tudo se passa, com efeito, como se através de e por essas enquetes se operasse um trabalho de cartografia de população, uma forma de estatística de um gênero inédito.

Como se dá esta coleta de dados? Ela se apoia sobre uma série de atores absolutamente decisivos para o período: os médicos das colônias. São eles que, através de observações, mas, sobretudo, graças à sua presença no território, fazem as enquetes e criam as primeiras coleções de tatuagens. Eles constituem junto a homens desta população (indivíduos sob condenação por deserção, por vendas de efetivos, por roubo a um camarada) importantes coleções de milhares de tatuagens¹⁰. Cada tatuagem foi recopiada do corpo do detento com a ajuda de um creiom e de uma tela transparente, depois colada sobre um cartão no verso do qual o médico anotou os sobrenome e nome do tatuado, o lugar de nascimento, a

⁹ Ver os trabalhos de Dominique Kalifa (2009).

¹⁰ Ver sobre este ponto o artigo de Muriel Salle (2007) e o texto de um desses médicos: Lacassagne (1881).

profissão e o grau de instrução, a data das tatuagens, a idade, o procedimento empregado, o número de sessões, sua duração, informações sobre o tatuador, uma descrição das tatuagens, sua localização, sua coloração e suas alterações e... enfim a moralidade do tatuado.

Desde o início dos anos de 1880, aparecem os primeiros artigos. Sua finalidade é dupla: de um lado, mostrar à profissão médico-legal o interesse médico-legal das tatuagens; de outro lado, encorajar o princípio da coleção. Esses médicos consideram, com efeito, que a tatuagem é um dos elementos úteis para a identificação dos criminosos: “o grande número de tatuagens dá quase sempre a medida da criminalidade do tatuado ou ao menos a apreciação do número de suas condenações e de sua permanência nas prisões”. A constituição de uma coleção permite, além disto, apreender toda uma geografia corporal da tatuagem. Assim, “sobre a barriga, abaixo do umbigo, se encontram, quase sempre, assuntos luxuriosos, inscrições pornográficas tais como *Torneira do amor, Prazer das mulheres, Venham minhas senhoras, à torneira do amor, Ela pensa em mim*”.

A partir desses fichários de tatuagens que são uma espécie de réplicas do fichário da antropometria, se desenha um mapa dessas populações com seu deslocamento, etc. A oficina, o cais do porto, as proximidades da caserna constituem por excelência os polos dessa população e se sabe o quanto, no estabelecimento das descrições físicas de uma pessoa, as tatuagens constituem signos particulares que permitem distinguir um indivíduo de outro.

Durante mais de dois séculos, a partir do fim do século XVII, foi, com efeito, a descrição de uma pessoa – essa peça escrita comportando a enumeração curta e precisa dos caracteres exteriores que permitem distinguir um indivíduo de todos os outros – que prevaleceu, quando se tratou de perseguir um indivíduo.

Louis LAVENNE chamado Saint-Louis, 27 anos de idade, originário de Sens en Bourgogne, paróquia Saint Prest, os cabelos lisos castanhos, medindo 5 pés e um polegar, os olhos cinzas, sombrios, o nariz grosso, longo e achatado no alto por um soco, as sobrancelhas espessas, churrasqueiro de profissão, partiu em 8 de fevereiro de 1702. (Estado de descrição de soldados desertores)

THERISINE, 24 anos de idade, matriculado sob n.6620, de cor avermelhada, escravo fugitivo há quase 6 meses.

RAIMONE, 36 anos de idade, matriculada sob n.6608, negra, escrava fugitiva há um mês.

OLIVIER, do sexo masculino, 23 anos de idade, matriculado sob n.6659, negro, escravo fugitivo há um mês. (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1908)

Desertores das armadas do Rei ou do Imperador, escravos fugindo da plantação ou evadindo das galés e das prisões, a identidade dos fugitivos é dita através de algumas linhas e um punhado de adjetivos; aos potentes as pinturas em miniaturas e delicadas, aos rebeldes as palavras frias do poder, aquelas que falam dos traços do rosto, da cor da pele, ou ainda das vestimentas usadas. A partir da segunda metade do século XIX, a tatuagem, verdadeira “cicatriz falante”, vem completar esse dispositivo.

Mas os médicos descobrem, então, a existência de práticas de apagamento voluntário dessas inscrições corporais. Eles estudam como e em quais circunstâncias certos sujeitos apagam a superfície de sua pele: quais técnicas e quais produtos eles utilizaram? O doutor Charles Perrier cita assim a técnica de um de seus colegas: “dentre os procedimentos para retirar a tatuagem, um dos melhores e mais inofensivos é certamente aquele do doutor Variot. Ele é recomendável: derrama-se sobre a pele uma solução concentrada de tanino; depois, com a ajuda de um jogo de agulhas, se faz picadas compactas sobre toda a superfície da tatuagem. Terminada a operação, as partes picadas são friccionadas, delicadamente, com um lápis de nitrato de prata até que elas se desprendam em negro escuro pela formação de uma crosta” (PERRIER, 1905).

Então, quando a pele parecia portadora de signos de identidades, os mais evidentes e, sobretudo, menos falsificáveis, eis que algumas pessoas se ocupam de obscurecer essa transparência. Ambroise Tardieu em seu *Estudo médico-legal sobre a tatuagem considerada como signos de identidade*, publicado em 1855 por Baillièrre, relata um caso extraordinário de “anonimização”: Aubert, acusado de um roubo em 1843, reivindica como tendo sido pronunciada contra ele sob o nome de um outro (Salignon) uma condenação que lhe daria um alibi; ora, este outro, diferentemente dele, estava tatuado. Tardieu investiga e descobre que Aubert, contrariamente ao que ele declara, não apagou as tatuagens de Salignon, mas outras sem relação com o caso. Dito de outra maneira, Aubert não somente utilizou uma técnica muito eficaz de apagamento de tatuagens, como a acompanhou de um discurso visando se atribuir uma identidade diferente. O médico, assim, traz à luz os

procedimentos de pagamento até então ignorados e conclui assim seu estudo: “Os traços impressos pela tatuagem podem ser apagados artificialmente por aplicações escaróticas; mas, neste caso, ainda que o procedimento mais aperfeiçoado tenha sido habilmente realizado, sempre ficam traços que podem ser levemente percebidos, mas que não escaparão a um exame atento e a um olho treinado” (TARDIEU, 1855).

Dito de outro modo, este fragmento de pele não pertence mais ao compartimento das curiosidades; ele se tornou o objeto de uma política de identificação e de gestão das populações perigosas. Não se trata de suprimir essas populações, mas sim de localizá-las e de lhes restringir a circulação: a tatuagem é um dos elementos de auto-assinalação que contribuem para isto. Pois, esses escritos, como já vimos, não são inscritos pelo poder sobre o corpo de um sujeito; o sujeito é o seu autor na maioria das vezes (as pessoas se auto-tatuam algumas vezes, mas o mais frequente é que a pessoa desenhe sua tatuagem e um terceiro realize a incrustação). Ou seja, a tatuagem constitui por certos aspectos uma verdadeira prática de si; em suma, um arquivo do biopoder. Assim, alguns adoram inscrever sobre seus braços: PLV... Pela Vida.

Uma carta

Esta carta pertence aos arquivos do comissariado de polícia de Paris (do 5º. Distrito de Paris), como muitas centenas de outras, ligadas à repressão dos costumes na capital entre 1870 e 1920, a saber: cartas de denúncia de abordagens das prostitutas em Paris¹¹.

No início do mês de julho de 1869, o comissário de polícia do 12º. Distrito de Paris recebe a seguinte carta:

‘Os abaixo-assinados, todos habitantes da passagem Hebert vêm solicitar de vossa Benevolente Administração a expulsão de nossa passagem de todas as mulheres de vida fácil que proliferam aqui e que são objeto de contínuos escândalos... das pessoas pacíficas e

¹¹ Muitos dossiês podem ser consultados nos arquivos da Prefeitura de Polícia de Paris: BA 1869, BM e BM2.

trabalhadoras que reclamam a proteção e a segurança às quais têm direito'. Assinada por pelo menos dezessete pessoas, seguidas de seus endereços.

Em agosto de 1871, doze comerciante enviam uma petição a propósito da prostituição noturna na rua de *l'Oratoire* e na rua *Croix des petits Champs*; em 28 de abril de 1876, dezenove signatários que indicam não apenas seus endereços no 3º. Distrito como também suas profissões submetem “uma reclamação contra uma tolerância extremamente incômoda para não dizer escandalosa”. Em julho do mesmo ano, é uma petição assinada por quase uma centena de habitantes, noventa e duas exatamente, que chega ao Chefe de Polícia:

Os abaixo assinados, comerciantes e pais de família moradores do bairro dos Quinze-Vingts, rua *Moreau*, avenida *Daumesnil* com rua de Lyon, tem a honra de vos expor:

Que há alguns meses jovens exploradas se estabeleceram nos hotéis da *cour* St François, rua *Moreau* n. 5 como na Av. *Daumesnil* n. 3

[...] Resulta que os expositores estão muito apreensivos por sua tranquilidade, de seus filhos e de sua família. Em consequência, eles têm o maior interesse de obter a supressão deste estado de coisas e lhes pede, Senhor Chefe de Polícia, de considerar esta demanda... (PREFECTURE DE POLICE DE PARIS, BA 1869).

O recurso à petição assinada é grande depois de 1880¹². Toda vez a prática é a mesma: a denúncia, que tem a forma de uma queixa, é uma escrita coletiva acompanhada de uma massa de nomes e de endereços. O que é legível é menos o nome dos signatários que seus endereços ou suas profissões e, com essas indicações, seu pertencimento a um bairro da capital ou a uma profissão. Dito de outro modo, a assinatura não identifica indivíduos singulares, mas um grupo localizável ou socialmente auto-constituído. Vemos então, como as denúncias sob forma de petição são uma prática de anonimização que se radicaliza nos anos seguintes. Ao assinar, em 1876, uma carta coletiva ao Chefe de Polícia, cada um dos noventa e dois pais de família desaparece na massa de signatários. Pouco

¹² Nos arquivos, além dos casos citados acima, sobressaem muitas cartas deste tipo até 1890: 29 de maio de 1878, 17 proprietários e boticários da passagem Brunoy, do 12º. Distrito; 8 de setembro, 18 de outubro de 1879, 23 de março de 1880, 15 de junho de 1881, moradores do Bd Beaumarchais, respectivamente 8, 11, 9 e 10 signatários com endereços.

importa quem assina, o essencial é que a petição seja assinada por uma quantidade importante de moradores do 12º distrito.

Abre-se, a partir do início dos anos de 1890, um período novo em matéria de práticas de anonimato nas cartas de denúncia relativa aos costumes. Sem desaparecer, a petição é complementada por uma prática individual de redação de cartas anônimas. Ao comissário de polícia e ao chefe de polícia, os correspondentes não assinam suas cartas. A assinatura desaparece.

15 de agosto de 1892

Senhor Comissário de Polícia

Eu não ousa me nomear para lhe dizer que nosso Ranelagh está completamente infestado de prostitutas.

Entretanto, esta ausência de identidade do missivista se torna objeto de um desenvolvimento mais ou menos elaborado. Escrever anonimamente, mas justificando sua prática. Ora, todos os correspondentes insistem sobre o assunto escandaloso de suas missivas, a saber: a prostituição ou a pederastia, e não sobre o problema ético da delação anônima. Ou seja, prefere-se adotar uma prática “ilícita” ou socialmente reprovável que manter sua reputação social associando seu nome a práticas que eles reputam mais imorais ainda. A defesa de sua honorabilidade está aí no centro da prática.

14 de outubro de 1904

Queira Senhor Chefe de Polícia me desculpar se eu não assino minha carta, sendo funcionário eu temo que a divulgação de meu nome prejudique meus interesses.

14 de janeiro de 1907

Eu sinto não poder lhe dar meu nome, pois eu sou pai de família e não posso consentir ser misturado a uma questão nem a apresentar queixa, mas eu espero que no interesse da moral e da saúde pública o senhor queira mandar vigiar esta casa, e se necessário providenciar uma batida policial para purgar este refúgio.

Fevereiro de 1909

Desculpe-me pela minha liberdade, eu não assino minha carta eu sou soldado e temo aborrecimentos. Eu estou muito infeliz na enfermaria há 6 dias.

Se este discurso de justificação é tão presente, é provavelmente também porque ao mesmo tempo se desenvolvem “epidemias” de cartas anônimas com caráter fortemente político. Essas cartas que, em certa quantidade, são endereçadas ao Chefe de Polícia ameaçam bens e pessoas de explosão à dinamite (MAITRON, 1992). Seja assinadas por pseudônimos emprestados do movimento libertário (Ravachol, notadamente), seja com uma auto-designação fluída e coletiva (os anarquistas), seja sem nenhuma menção, essas cartas amedrontam porque elas ativam uma figura do terrorista anônimo capaz de golpear em todo lugar e a todo o momento.

‘Nós prevenimos os locatários que esta casa explodirá antes de primeiro de maio de 92. Assinado: o Anarquista’. (Peça encontrada colada contra a porta da casa situada à rua Mozart, 54bis, em 27 de abril de 1892 pela zeladora/BA510-2312.)

A ameaça sendo mais reprimida que a calúnia, os autores demonstram maior inventividade ainda para enganar a polícia sobre suas identidades. Não apenas a assinatura é anônima, o corpo da carta é objeto de um trabalho de neutralização, de apagamento, de maquiagem. Ainda que se possa perfeitamente levantar a hipótese que alguns missivistas sejam os mesmos autores de cartas de ameaça e de delação, as cartas ao Chefe de polícia para denunciar a presença de prostitutas não são produzidas com o mesmo cuidado. Por um lado, a materialidade da carta não tem como na ameaça uma função; de outro lado, ela não tem de ser inquietante; bem ao contrário, ela deve estabelecer uma cumplicidade com seu destinatário. A carta de denúncia é, evidentemente, anônima, mas todo o seu conteúdo e a sua forma devem provar a lealdade e a honestidade de seu autor, sua respeitabilidade.

Vemos como a função do anonimato é oposta: em um caso, a assinatura anônima participa da violência gráfica, a reforça; no outro, ela serve menos para se proteger das autoridades do que do mundo que seu autor quer denunciar, ela se distingue dele. Tampouco se encontra nas missivas relativas aos costumes casos de falsa assinatura, de maquiagem ou de uso de pseudônimos. Muito ao contrário, essas práticas – quando elas aparecem – são um sinal de suspeição quanto à informação que elas contêm. Também, é frequente o tom de grande respeitabilidade

com que as cartas são redigidas colocando antes de tudo a situação de chefe de família, como nesta carta de 11 de junho de 1897:

O bairro se queixa na surdina e não ousa dizer nada. Deixe-me esperar que o senhor dará satisfação a um pai de família escandalizado por ele e seus filhos já em idade de razão, que não tardarão a suspeitar de tão frequentes idas e vindas de pessoas de toda sorte. Permita-me insistir com o senhor para desembaraçar o boulevard destas infectas mulheres que desde as 4 horas da tarde passeiam entre a rua dos Capuchinos e a parada de ônibus da Madalena (BM2-29).

Na primeira década do século XX, essa assinatura anônima se banaliza e podemos nos perguntar em que medida ela não é ratificada pelas autoridades em matéria de luta contra os maus costumes. Cada um dos dossiês da brigada dos costumes se abre, com efeito, por uma carta anônima de denúncia ao Chefe de Polícia do tipo daquela de 10 de janeiro de 1912, a propósito da avenida Duquesne:

Eu me permito, guardando totalmente o anonimato, habitando o bairro há muitos anos, indicar à vossa benevolente atenção uma casa suspeita frequentada por homossexuais. (ARCHIVES PRÉFECTURE DE POLICE DE PARIS)

Estas cartas são frequentemente escritas num estilo bastante maneirista, concedendo um grande espaço a fórmulas de polidez e deferência; à imagem desta carta do fim do período, de 6 de outubro de 1923, cuja assinatura é perfeitamente ilegível, a delação se veste com palavras do saber-viver e de boas maneiras:

Senhor Chefe de Polícia,

Eu tomo a respeitosa liberdade de vos assinalar que a parte do Quais d'Orsay [...] se tornou um lugar mal afamado, que é perigoso para uma pessoa honesta e para as crianças de passar por lá [...] Assinalando-vos essas desagradáveis particularidades, eu faço eco, Senhor Chefe de Polícia, a uma quantidade inumerável de pessoas que tem sofrido com esse desavergonhamento que eu vos assinalo, esperando que vossa benevolente intervenção coloque nisto um fim.

Queira aceitar, por favor, Senhor Chefe de Polícia, com os meus agradecimentos antecipados, a demonstração de meu mais profundo respeito. (ARCHIVES PRÉFECTURE DE POLICE DE PARIS)

Tudo se passa, com efeito, como se dentre os instrumentos de vigilância da polícia, a recepção de cartas anônimas constituísse uma fonte dentre outras, que sem ser encorajada, era perfeitamente admitida. Em seguida à recepção de uma missiva, os agentes se deslocam aos lugares para avaliarem o bem fundado da declaração; pode ocorrer que, após a verificação, a informação seja constatada falsa, mas nenhuma investigação é levada a cabo para identificar seu autor. Tal é o caso, no decorrer do inverno de 1914-1915, a propósito da rua de Lyon e de uma carta anônima endereçada à M. Laurent, Chefe de Polícia de Paris, datada de 16 de novembro:

Senhor, eu venho solicitar-lhe um pouco de vigilância sobre esta brigada de polícia, chamada brigada dos costumes, sem nenhuma dúvida vestida à paisana. O senhor pode julgar por si mesmo que a toda hora do dia e da noite esta brigada, em vez de conduzir certas mulheres que durante a noite infestam a estação de trens e a rua de Lyon, o alto da rua Traversier, se banqueteiam com pequenos lanches e finas ceias, sem dúvida em companhia destas mulheres na casa de um tal Thomas, hoteleiro, n. 31 da rua Traversier.

Por um relato de 16 de janeiro, esta informação é desmentida por um relatório de polícia:

Eu considero que este caso não comporta nenhum desdobramento, a investigação tendo estabelecido que os fatos denunciados são inexatos. [...] Parece resultar que a cara anexa deve ter sido enviada por um vizinho enciumado ou por mulheres públicas que se sentem incomodadas no seu tráfego pela repressão ativa feita pelos agentes ao largo da estação de Lyon. (ARCHIVES PRÉFECTURE DE POLICE DE PARIS)

Mas encontram-se nos dossiês da brigada mundana (PREFECTURE DE POLICE, BM e BM2) uma enorme quantidade de cartas que levam à realização de uma vigilância e por vezes de uma batida policial. Tal é o caso, no outono de 1910, consequência da recepção de uma carta anônima indicando que no segundo andar do número 1 da rua Mansard mulheres se colocam à janela em trajes inconvenientes e fazem sinais aos passantes. Através de um relatório de 21 de outubro, o comissário indica ao Chefe de Polícia:

... duas vigilâncias foram feitas nas cercanias do imóvel situado no número 1 da rua Mansard. Ao longo dessas vigilâncias, eu constatei na janela do 2º. andar a presença permanente de duas jovens mulheres, uma loura gorda e uma negra penteada com fitas. Essas duas mulheres que parecem estar ocupadas com trabalhos de costura, atraem os passantes por sinais com a cabeça, de todo modo bem discretos mas muito compreensíveis. (BM-cartão 13).

O uso das informações recebidas anonimamente tem apenas uma função de repressão imediata já que, em muitos casos, as cartas permitem à polícia um bom conhecimento das casas de encontro clandestinas e do que se passa aí; ele serve de *fundamento* do dossiê. Dito de outra maneira, a missiva anônima faz parte da prática de vigilância. Ela é banalizada, como ilustrado no relatório que se segue à recepção de uma carta datada de 2 de abril de 1911, inquietando-se com a existência de um “bordel” na praça (?) Saint-Placide:

12 de outubro de 1911. [...] sim uma casa de prostituição clandestina. Entretanto, bem mantida, nenhum fato imoral. Janelas fechadas. Os vizinhos não se queixam e são unânimes em dizer que nunca houve escândalos. Uma batida não parece se impor por enquanto (BM2-24).

Esta constituição dos arquivos não diz respeito apenas aos lugares. Graças às cartas, a polícia recolhe informações biográficas sobre mulheres públicas à semelhança de suas contemporâneas sobre os homens políticos (Cf. BAYON, 2004). O correspondente anônimo revela assim existências como o mostra este relato bem informado e detalhado de 21 de junho de 1894, em consequência de uma carta de “uma pessoa do bairro”:

A mulher que foi objeto da nota anexa é uma tal de Dhaveloose, Maria Elizabeth, nascida em Moorseele (Bélgica), em 30 de junho de 61 de Ignace e de Nathalie Cappon. Ela estaria em Paris há 3 anos e mora na rua Blanche, n. 94 desde janeiro último, com aluguel anual de 470 francos. A acima nomeada não tem outros meios de sobrevivência que o produto da prostituição e cada noite ele se dirige ao Moulin-Rouge de onde ela conduz indivíduos à sua casa. Não seria exato dizer que ela atrai à sua casa jovens mulheres nem garotos, sob a cobertura de uma cantina. Ela não tem empregados domésticos e é ela própria que cozinha. Entretanto, ele recebe com frequência amigas com as quais ela cotiza as despesas do cardápio (BM2-29).

Vê-se bem o quanto o uso da carta anônima é múltiplo para a brigada dos costumes: ela não serve apenas para interditar e coagir, mas ela é uma das principais matérias de constituição do dossiê. Às vezes acontece que um dossiê individual ou de um lugar conte com múltiplas cartas anônimas recebidas pelos serviços de polícia durante vinte anos. Aquilo que consistia numa prática efêmera é inscrita pelos policiais num tempo mais longo através dos dossiês. Com o tempo, o anonimato da carta se atenua e apenas conta a informação que ela contém. Tudo se passa como se se equivalessem o relato da polícia e aquele do cidadão anônimo. Na espessura do dossiê, não se distingue mais o que é falso daquilo que foi validado.

Uma lista-quadro, um fragmento de pele e uma carta anônima: tais seriam consequentemente os arquivos do biopoder do fim-de-século. Aí se manifestaria um tríptico composto de três figuras: o invertido, o condenado militar e a prostituta que, sem dúvida, não são estrangeiros ao que Michel Foucault escreve sobre a emergência da biopolítica:

o sexo está na articulação entre a anatomopolítica e a biopolítica, ele está na encruzilhada das disciplinas e das regulações, e é nesta função que ele se torna, no fim do século XIX, uma peça política de primeira grandeza para fazer da sociedade uma máquina de produção (FOUCAULT, 1995, p.194).

REFERÊNCIAS

ANDRIEU, Bernard. (Org.). **Dictionnaire du corps dans les sciences sociales**. Paris: CNRS Editions, 2008.

BAYON, Nathalie. Personnels et services de surveillance de la préfecture de police : de la constitution des dossiers de surveillance à la mise en forme du politique (1870-1900). **Culture & conflits**, Paris: n. 53, p. 83-98, 2004.

BOURGUET, Marie-Noëlle. **Déchiffrer la France**. La statistique départementale à l'époque napoléonienne. Editions des archives contemporaines, Ordres sociaux, Paris, 1989.

CARDON, Patrick. Un pionnier de l'homoliberté. **Gai Pied Hebdo**, Paris, n. 389, 12 octobre 1989. Disponível em: http://semgai.free.fr/contenu/textes/cardon_Raffalovitch.html. Acesso em: 28 dez. 2011.

CORRE, Armand. **Nos créoles: étude politico-sociologique, 1890**. Texte établi, présenté et annoté par Thiébaud, C. Paris: L'Harmattan, 2001.

FISHER, Nicolas. Partir sans sortir. Dynamique du pouvoir dans un camp d'internement français (1938-1939). In: LASCOUMES, Pierre; ARTIÈRES, Philippe. (Eds.). **Gouverner et enfermer. La prison, modèle indépassable ?** Paris, Presses de Sciences Po, 2004. Cap. 6, p. 179-199.

FOUCAULT, Michel. Les mailles du pouvoir (1981). In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. DEFERT, Daniel; EWALD, François (orgs.). Paris: Gallimard, 1995. v. 4, n. 297.

KALIFA, Dominique. **Biribi**. Les bagnes coloniaux de l'armée française. Paris: Perrin, 2009, 344 p.

LACASSAGNE, Alexandre. Pédérastie. In: DECHAMBRE, Amédée. (Org.). **Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales**. Paris: G. Masson, P. Asselin, 1876.

LACASSAGNE, Alexandre. Recherches sur les tatouages et principalement du tatouage chez les criminels. **Annales d'hygiène publique**, Lyon, série 3, v. 5, n. 4, p. 289-304, 1881.

LAQUEUR, Thomas. **Le sexe en solitaire**. Contribution à l'histoire culturelle de la sexualité. Tradução Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Gallimard, 2005, 512p.

LECOURT, Dominique (Org.). **Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences**. Paris: PUF, 2006.

MAITRON, Jean. **Ravachol et les anarchistes**. Paris: Gallimard, 1992, 213p.

MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1908. **Cahier de marronnage du Moule**. Guadeloupe, 1845-1848. Bibliothèque d'Histoire antillaise : Basse terre, 1996.

MURARD, Lion; ZYLBERMAN, Patrick. **L'hygiène dans la République**. La santé publique ou l'utopie contrariée, 1870-1918. Paris: Fayard, 1996, 805p.

NOIRIEL, Gérard. Foucault and History: the lessons of a disillusion. **Journal of Modern History**, v. 66, p. 547-568, set. 1994.

NOIRIEL, Gérard. La recherche et l'engagement : utiliser Foucault en sciences sociales. Entretien avec Éric Fassin et Gérard Noiriel. In: MEYET, Sylvain; NAVES Marie-Cécile; RIBEMONT, Thomas (Orgs.). **Travailler avec Foucault**. Retours sur le politique. Paris: L'Harmattan, 2005, p. 183-194.

NUMANTIUS, Numa (pseudônimo de Karl Heinrich Ulrichs). **Recherches sur l'énigme de l'amour entre hommes**, sl, sd, 1864.

PERRIER, Charles. **Les criminels**. Tome II. Lyon, Storck, 1905, p. 393.

PILLOUD, Séverine; HÄCHLER, Stefan; BARRAS, Vincent. Consulter par lettre au XVIIIe siècle. **Gesnerus**: Swiss Journal of the History of Medicine and Sciences, Lausanne, Switzerland: v. 61, n.3-4, p.232-253, 2004.

PREFECTURE DE POLICE DE PARIS : BA 1869, BM et BM2.

RAFFALOVITCH, Marc-André. "Uraniste". "Unisexuel". **Archives d'anthropologie criminelle**, 1895, p.764.

SALLE, Muriel. Corps rebelles, corps parlants. Les tatouages des soldats des Bataillons d'Afrique dans la collection Lacassagne (1874-1924). **Clio. Histoire, Femmes et Sociétés**, Toulouse, n. 26, p.145-154, 2007.

TARDIEU, Auguste Ambroise. Étude Médico-Légale, Sur le Tatouage, Considéré Comme Signe d'Identité. **Annales d'hygiène publique et de médecine légale**, série 2, n. 3, p. 171-206, 1855.

ABSTRACT:

The concept of biopolitics proposed by Foucault raised misunderstandings among historians, and the question of the archives that sustain it has never been tackled. This article relies on three minor archives, outside of the largest *corpus* of

examinations and vigilance classically studied. The first of such archives constitutes a list of auto-erotic practices of an inverted German youth, in the beginning of the XXth century. The written confession is a part of a general economy of homosexual knowledge which circumscribe a double face of power, at the same time a victim of medical control and a potential niche of resistance. The second archive is a tattooed skin fragment inscribed in the body of a soldier or of a detainee, the tattoo propitiates an even larger research on distinct signs, recognizable marks. Here the politics of identification is confronted with the practices of self in a renewed ambiguity. Finally, the third biopolitical archive is a letter of resignation of prostitution practices in a Parisian street. The crescent anonymity of these letters vulgarizes a form of police vigilance that integrates the cartography of costumes adopted since the end of the XIXth century.

KEYWORDS: Foucault, archive, body, biopower